

## Plenária ampliada discute prioridades de atuação do “Chapão” nos colegiados

A Adunesp promoveu, no dia 29/1/2014, uma plenária ampliada com os membros eleitos pelo “Chapão”. A avaliação consensual foi a de que o “Chapão” foi muito bem sucedido nas eleições, tendo alcançado vitória expressiva, com a confirmação, pela comunidade, de quase todas as candidaturas apresentadas, o que indica um grau acentuado de descontentamento da categoria com a reitoria, especialmente pela questão da avaliação e pela não concessão do índice de 3,415% (conforme havia se comprometido). A plenária apontou os seguintes eixos prioritários para atuação nos colegiados:

- Defesa da isonomia de pisos, salários e benefícios entre a Unesp e demais universidades estaduais paulistas;
- Defesa da graduação, pautada na indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão;
- Combate à precarização do trabalho docente, com foco na ampliação das contratações de servidores docentes e técnico-administrativos, na avaliação docente (que seja institucional, departamental e qualitativa, sem caráter punitivo) e na carreira (revisão dos critérios e formas de progressão);
- Defesa de transparência na Comissão Gestora do PDI e extinção da CPA.

Nova plenária está agendada para o dia 19/2, em São Paulo.

## Adunesp apoia formação da Comissão da Verdade na Unesp

Em apoio à iniciativa de um grupo de docentes, a Adunesp organizou uma reunião no dia 22/1/2014, no campus de Marília, com o objetivo de impulsionar a formação de uma Comissão da Verdade na Unesp. A reunião contou com a presença de 18 pessoas, de vários *campi*, e resultou na formação de um Comitê Provisório para a constituição da Comissão. Cabe a eles, agora, pleitear junto à reitoria que institucionalize a Comissão, na forma como já vem ocorrendo em outras universidades, envolvendo os segmentos estudantil e dos servidores. No dia 30/1, o presidente da Adunesp, João Chaves, que também é membro do Comitê Provisório, protocolou ofício na reitoria, solicitando o agendamento de uma audiência para tratar do assunto, visando a assinatura da Portaria e do convênio com a CNV – Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça..

O Comitê Provisório foi constituído inicialmente por 17 docentes e um estudante, com uma comissão de redação, além de grupos de trabalho que vão incorporar os demais interessados neste imenso trabalho que começa a ser desenvolvido. Eles trabalharão pelas próximas três semanas para apresentar o arrazoado e a formatação da futura Comissão da Verdade. A próxima reunião geral já está marcada para 12 de fevereiro, às 14h, na sede da Adunesp de Marília. **Interessados em se envolver no trabalho podem contatar a professora Angélica Lovatto, pelo e-mail [angel.lovatto@gmail.com](mailto:angel.lovatto@gmail.com).**

### Como começou

A partir da criação da CNV, em maio de 2012, pela Presidência da República, foram se formando pelo país várias Comissões da Verdade: universitárias, de governos de estado, de câmaras legislativas, de entidades de classe etc. Todas elas trabalham com a perspectiva de apurar as consequências do regime ditatorial que se instalou no Brasil e que deixou rastros de perseguição, tortura, mortes, perda do emprego, cassações parlamentares, perda de direitos políticos, enfim, de graves violações de direitos humanos.

### Na Unesp

A Unesp foi criada em 1976, em plena vigência do regime ditatorial, a partir da junção de unidades isoladas, que já existiam antes de 1964. Para os membros do Comitê Provisório, a criação de uma Comissão da Verdade na Unesp é fundamental que esta página da história brasileira seja reescrita.



### Como será o trabalho

A Comissão da Verdade da Unesp, tal qual as demais CVs universitárias, exercerá o papel de revelar a verdade e fazer justiça aos membros dos três segmentos de sua comunidade acadêmica que sofreram perseguições da ditadura. O resultado final será a redação de um Relatório Geral da Unesp, a ser encaminhado para o Relatório Final da CNV, na forma de anexo, e que comporá o importantíssimo acervo criado para este fim no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, a partir de dezembro de 2014.

Para isso, a Comissão da Verdade da Unesp trabalhará em pelo menos três grandes frentes, com a finalidade de:

- a) Efetivar o direito à memória e à verdade histórica, examinando e esclarecendo os impactos do regime militar na Unesp; identificar e esclarecer as eventuais violações aos direitos humanos ocorridas na Unesp; recomendar propostas de reparação aos atingidos; organizar entrevistas e testemunhos com os atingidos; mapear as iniciativas e pesquisas já realizadas na Universidade.

*Obs:* Importante salientar que a Unesp, através do Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), em São Paulo, do Observatório de Educação e Direitos Humanos (OEDH), em Bauru, além de outros centros de pesquisa e memória da Universidade, já desenvolve iniciativas que acumularam documentos e entrevistas sobre os atingidos neste período. Para citar apenas dois exemplos, podem ser indicados o trabalho de Memória da Universidade, que a professora e historiadora Ana Maria Martinez Corrêa desenvolve desde os anos 1980, e que com certeza será a base sobre a qual a CV da Unesp vai erigir seus trabalhos; e o Projeto “Tenho algo a dizer: memórias da Unesp na ditadura civil-militar (1964-1984)”, em andamento desde 2013, por iniciativa do OEDH de Bauru e do Cedem-SP.

- b) Criar marcos de memória que façam justiça aos atingidos pelo regime, tais como monumentos nos *campi*, nomes de salas da universidade em homenagem aos seus professores, alunos e funcionários perseguidos; criar e organizar campanhas para marcação e sinalização destes lugares de memória na Unesp.

- c) Realizar pesquisas e organizar levantamentos de memória e história nas cidades do entorno dos *campi* da Unesp em que a repressão deixou marcas que redundaram em consequências (tanto no meio urbano quanto em regiões rurais, com influência da presença da universidade no interior paulista.

A Comissão da Verdade da Unesp é um importante e enorme trabalho a ser realizado na universidade, que vai contribuir para a busca da memória, verdade e justiça na sociedade brasileira.